

Factos relevantes ocorridos no 4.º Trimestre de 2023

- **Processo de estudo e lançamento do projeto do Hospital de Lisboa Oriental (HLO):** Continuou em curso a fase pós-adjudicatória do procedimento de contratação da parceria referente ao projeto do HLO.
- **Constituição de comissão de negociação, através do Despacho n.º 10923/2023, de 26 de outubro, do Coordenador da UTAP:** Foi designada a comissão de negociação relativa ao contrato de concessão para a Exploração do Serviço de Transporte Suburbano de Passageiros no Eixo Ferroviário Norte-Sul celebrado entre o Estado Português e a concessionária (Fertagus), em 8 de junho de 2005, com vista à apreciação do reequilíbrio económico financeiro da Concessão decorrente da suspensão do mecanismo de acerto previsto na Cláusula 8.ª-A do contrato de concessão, relativamente aos anos de 2020 e 2021.
- **Conclusão do mandato da comissão de negociação constituída pelo Despacho n.º 9445/2023, de 29 de agosto:** Com a emissão do relatório da negociação e respetiva aprovação governamental nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 111/2012, concluiu-se o mandato da comissão de negociação constituída, para efeitos da negociação dos aspetos contratuais do contrato de concessão, celebrado entre o Estado e a AEDL, relevantes à salvaguarda da posição do Estado e decorrentes do novo contrato de operação e manutenção.
- **Modificação do objeto do contrato da subconcessão do Algarve Litoral:** Em cumprimento do previsto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 101-A/2023, de 25 de agosto, a IP e a RAL celebraram o acordo de alteração do contrato de subconcessão celebrado a 20 de abril de 2009, relativamente à supressão, do respetivo objeto, do lanço EN 125 - Variante de Olhão, com a extensão aproximada de 5,5 quilómetros.

Resolução de Litígios (Destques):

- ❖ **Concessão Rodoviária do Algarve:** Na sequência da condenação do Estado na ação arbitral intentada pela AAVI, na qual se discutiu a interpretação de cláusula contratual sobre os benefícios a partilhar, o parceiro público intentou ação de anulação da decisão arbitral no Tribunal Central Administrativo Sul.
- ❖ **Concessão Rodoviária do Norte Litoral:** Após a condenação do Estado na ação arbitral intentada pela concessionária, na qual se discute a interpretação de cláusula contratual sobre os benefícios a partilhar, o parceiro público intentou ação de anulação da decisão arbitral no Tribunal Central Administrativo Sul.
- ❖ **Hospital de Cascais** (contrato da EGEst Cascais 2008): (i) A EGEst impugnou judicialmente e requereu a suspensão de eficácia da nova deliberação da ARSLVT, de 14.09.2023, através da qual foi aplicada a multa contratual no valor de €180.876,83, com fundamento no incumprimento das obrigações de serviço público decorrentes do disposto no artigo 15.º, n.º 1, alínea b), da Lei n.º 45/2004, de 19 de agosto; (ii) No âmbito da ação arbitral intentada pela EGEst contra o Estado, na qual se discutia o eventual pagamento dos encargos incorridos com a dispensa de medicamentos antivirais suportados entre 2018 e 2022, bem como, dos encargos com a dispensa de medicamentos a doentes inscritos no Portal Hepatite C em 2017 que ainda não tenham sido pagos, foi proferido acórdão que julgou parcialmente procedente o pedido, condenando o Estado ao pagamento à EGEst do valor de €80.275,00.

Execução Financeira – Visão global

Os encargos líquidos acumulados do setor público com as PPP no 4.º trimestre de 2023 ascenderam a 1.224,2M€, valor inferior em 8% (-101,7M€) face ao período homólogo e 1% abaixo do montante orçamentado (-16,5M€).

Valores em milhares de euros		2023		AC 2022		Orçamento 2023			2023P
Encargos líquidos		2023	Peso no Total	2022	Δ valor	Δ %	AC 2023P	Δ valor	Δ %
Rodoviário		1 078 361	88%	1 136 727	(58 366)	-5%	1 062 100	16 261	2%
Saúde		126 356	10%	162 706	(36 350)	-22%	155 873	(29 517)	-19%
Ferrovário		61 247	5%	58 090	3 157	5%	58 174	3 073	5%
Aeroportuário		(8 473)	-1%	-	(8 473)	n.a.	(291)	(8 183)	2813%
Portuário		(30 761)	-3%	(29 804)	(956)	-3%	(33 090)	2 330	-7%
Oceanário		(2 550)	0%	(1 817)	(733)	-40%	(2 100)	(450)	21%
TOTAL		1 224 180	100%	1 325 902	(101 722)	-8%	1 240 666	(16 486)	-1%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas entidades gestoras dos contratos e de dados inscritos no Relatório do OE2023.

Notas:

(1) Os valores apresentados para o setor Aeroportuário, Portuário e para o Oceanário encontram-se, tal como os demais do presente Quadro, na ótica dos encargos líquidos, representando estes um valor negativo considerando as receitas apuradas no respetivo setor. A variação face ao período homólogo é também apresentada na mesma ótica, o que não corresponde ao resultado aritmético da variação dos valores apresentados (i.e., uma diminuição das receitas é apresentada como um aumento percentual dos encargos líquidos, e vice-versa).

(2) Os valores da coluna Orçamento 2023 correspondem à previsão inscrita no Relatório do OE2023, com exceção do setor Portuário, uma vez que esses parceiros públicos, por não integrarem o setor institucional das Administrações Públicas, não estão incorporados no processo de consolidação para o Orçamento do Estado.

As variações de maior relevo dos encargos líquidos acumulados, face ao homólogo, são as seguintes:

- **Rodoviário:** O decréscimo nos encargos líquidos (-58,4M€) deve-se ao efeito conjunto entre a diminuição dos encargos brutos (-21,7M€) e o aumento das receitas (+36,7M€); e
- **Saúde:** Diminuição dos encargos brutos (-36,4M€) devido à ausência de certos pagamentos efetuados no ano anterior, como o da EGEst Loures para tratamentos de VIH/SIDA, com a referida queda atenuada pelo aumento nos pagamentos contratuais do novo contrato da EGEst Cascais.

Quanto à execução orçamental, o desvio dos encargos líquidos em relação ao previsto (-16,5M€) é principalmente atribuída aos valores executados no setor da saúde, que apresentaram um défice de 29,5M€ em relação ao previsto no orçamento.

No entanto, serão explicados em cada seção do presente documento as variações anteriormente referidas em maior detalhe.

UTAP – Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos

Versão *flash* Boletim PPP 4.º Trimestre 2023*

Setor Rodoviário

Execução financeira

Os encargos líquidos acumulados do setor público com o **setor rodoviário** no 4.º trimestre de 2023 atingiram 1.078,4M€, representando uma queda de 5% (-58,4M€) em relação ao mesmo período do ano anterior, mas ficaram 2% (+16,3M€) acima dos valores orçamentados.

Valores em milhares de euros

PPP Rodoviárias	2023		AC 2022			Orçamento 2023			2023P
	AC 2023	Peso relativo	AC 2022	Δ valor	Δ %	AC 2023P	Δ valor	Δ %	
Encargos brutos	1 442 070	100%	1 463 732	(21 662)	-1%	1 414 409	27 660	2%	1 414 409
Pagamentos por Disponibilidade	1 211 627	84%	1 297 794	(86 167)	-7%	1 177 643	33 984	3%	1 177 643
Concessões	823 357	57%	777 055	46 302	6%	807 532	15 825	2%	807 532
Subconcessões ⁽¹⁾	388 270	27%	520 739	(132 469)	-25%	370 112	18 159	5%	370 112
Custos com serviço de cobrança de portagem ⁽²⁾	46 006	3%	37 604	8 402	22%	44 078	1 928	4%	44 078
Pagamento por serviço ⁽³⁾	85 584	6%	73 365	12 218	17%	80 359	5 225	7%	80 359
Compensações/REF's	23 872	2%	3 990	19 882	498%	15 856	8 016	51%	15 856
Grandes Reparações	49 844	3%	50 978	(1 134)	-2%	96 474	(46 630)	-48%	96 474
Decreto-Lei 87-A/2022 ⁽⁴⁾	25 137	2%	-	25 137	n.a.	-	25 137	n.a.	-
Receitas	363 709	100%	327 005	36 704	11%	352 309	11 400	3%	352 309
Concessões	317 348	87%	286 671	30 676	11%	314 965	2 383	1%	314 965
Subconcessões	45 168	12%	38 992	6 176	16%	37 344	7 823	21%	37 344
Outros ⁽⁵⁾	1 193	0%	1 342	(148)	-11%	-	1 193	n.a.	-
Encargos líquidos totais	1 078 361	n.a.	1 136 727	(58 366)	-5%	1 062 100	16 261	2%	1 062 100

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela IP.

Notas:

(1) O valor referente à decisão arbitral da subconcessão Algarve Litoral está a ser reportado nos pagamentos por disponibilidade.

(2) Refere-se aos pagamentos efetuados ao abrigo dos contratos de prestação de serviço de cobrança de taxas de portagem celebrados pela IP no quadro dos contratos de concessão anteriormente em regime SCUT (com exceção da concessão da Beira Interior, em que a titularidade das receitas de portagem é da concessionária).

(3) Refere-se à remuneração por serviço prevista nos contratos de subconcessão da IP.

(4) Refere-se aos montantes pagos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 87-A/2022, de 29 de dezembro, que estabelece um regime excecional de atualização das tarifas e taxas de portagem para o ano de 2023, conforme explicado no boletim do 1.º trimestre de 2023. Exclui pagamentos efetuados à IP em relação aos casos em que esta é titular das receitas de portagem.

(5) Inclui receitas diretas da IP (taxas de gestão e quiosques/easytoll).

(cont.)

Em relação à **execução orçamental**, os encargos brutos apresentaram um desvio de 2% (+27,7M€), essencialmente explicado por:

➤ **Grandes reparações:** O desvio de -46,6M€ (-48%) é principalmente explicado pela ausência de pagamentos nesta categoria (como na Concessão Interior Norte, com um impacto de -21,3M€) ou por pagamentos significativamente inferiores ao previsto no orçamento (como nas Concessões do Grande Porto e do Norte, com impactos de -12,0M€ e -11,7M€, respetivamente);

➤ **Pagamentos por disponibilidade:** O desvio em relação ao orçamentado (+34,0M€) pode ser explicado por dois fatores:

1. Um desvio positivo de 15,3M€, principalmente justificado pela diferença entre a taxa de inflação considerada para a atualização tarifária no orçamento e a taxa de inflação real, que foi mais elevada;
2. Pagamentos à subconcessionária do Algarve Litoral, incluídos na rubrica de pagamentos por disponibilidade das subconcessões, referentes a prestações mensais adicionais que somaram 18,6M€. Esses valores não estavam previstos nas estimativas de encargos plurianuais, pois o orçamento não inclui estimativas relacionadas à resolução de processos litigiosos; e

➤ **Decreto-Lei n.º 87-A/2022 de 29 de dezembro:** estabelece um regime excecional de atualização das tarifas e taxas de portagem para o ano de 2023. Neste âmbito, foram efetuados pagamentos às concessionárias no valor total de 25,1M€ (com IVA), sendo que os principais apoios são referentes à Brisa (17,1M€) e Oeste (3,3M€).

Receitas

O crescimento de 11% em relação ao mesmo período do ano anterior (+36,7M€) resulta do aumento do tráfego médio diário após o fim das restrições de movimentação impostas pelas medidas de combate à COVID-19 e do efeito da atualização tarifária anual.

Em relação à execução orçamental, as receitas ficaram 3% acima do previsto (+11,4M€), devido principalmente ao facto de que o tráfego médio real superou as estimativas utilizadas para calcular as receitas no orçamento. Além disso, a diferença entre a taxa de inflação utilizada para a atualização tarifária no orçamento e a taxa de inflação real (sendo esta última mais alta) também contribuiu para a receita superior ao previsto.

Encargos brutos

Em relação à **execução face ao período homólogo**, os encargos brutos apresentaram um desvio negativo de 1% (-21,7M€), principalmente explicados pelo seguinte:

➤ **Pagamentos por disponibilidade:** O decréscimo é essencialmente explicado pela redução nas subconcessões (-132,5M€), com as principais reduções a registarem-se nas subconcessões Litoral Oeste (-96,1M€) e Baixo Tejo (-30,4M€), apesar do efeito compensatório do aumento dos pagamentos por disponibilidade nas concessões (+46,3M€), principalmente na concessão do Norte (+17,9M€), Norte Litoral (+10,6M€), Grande Lisboa (+8,9M€) e das Beiras Litoral e Alta (+4,6M€). Todas as variações são decorrentes da evolução contratualmente prevista das tarifas.

➤ **Compensações/REF's:** Houve um acréscimo de 19,4M€ na Litoral Centro, devido à compensação anual, uma vez que a compensação de 2022 não foi liquidada naquele ano, tendo apenas ocorrido em 2023, juntamente com o pagamento da compensação referente a esse ano.

➤ Também se registaram aumentos dos **Pagamentos por serviço** nas subconcessões (+12,2M€) e dos **Custos com a cobrança de portagens** (+8,4M€).

UTAP – Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos

Versão *flash* Boletim PPP 4.º Trimestre 2023*

Setor da Saúde

Execução financeira

Os encargos acumulados do setor público com as parcerias da **saúde** ascenderam a 126,4M€ no 4.º trimestre de 2023, um valor que representa um decréscimo de 22% (-36,4M€) face ao período homólogo e um desvio de 19% (-29,5M€) face ao orçamentado.

Valores em milhares de euros

PPP Saúde	2023		AC 2022			Orçamento 2023			2023P
	AC 2023	Peso no total	AC 2022	Δ valor	Δ %	AC 2023P	Δ valor	Δ %	
EGEst	84 281	67%	124 408	(40 127)	-32%	101 045	(16 764)	-17%	101 045
Pagamentos Contratuais ⁽¹⁾	81 348	64%	73 094	8 254	11%	81 356	(9)	0%	81 356
Pagamentos de Reconciliação ⁽²⁾	105	0%	15 923	(15 818)	-99%	17 096	(16 991)	-99%	17 096
Protocolos/outros ⁽³⁾	2 828	2%	35 392	(32 563)	-92%	2 592	236	9%	2 592
EGEd	42 075	33%	38 298	3 778	10%	54 829	(12 753)	-23%	54 829
Pagamentos Contratuais ⁽¹⁾	38 303	30%	34 733	3 570	10%	37 399	904	2%	37 399
Pagamentos de Reconciliação ⁽²⁾	3 772	3%	3 564	208	6%	3 929	(157)	-4%	3 929
Outros	-	0%	-	-	n.a.	13 500	(13 500)	-100%	13 500
Encargos Totais	126 356	100%	162 706	(36 350)	-22%	155 873	(29 517)	-19%	155 873

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas entidades gestoras dos contratos.

Notas:

(1) Inclui todos os pagamentos contratualmente previstos realizados no período, com exceção dos pagamentos de reconciliação.

(2) Os pagamentos de reconciliação correspondem, nos termos contratualmente previstos, a pagamentos de acordo entre os montantes efetivamente pagos e os montantes devidos relativamente a períodos anteriores.

(3) Inclui os pagamentos relativos: (i) ao protocolo VIH/SIDA estabelecido com a EGEst Cascais 2008, (ii) valores referentes aos pagamentos decorrentes de Medicamentos de dispensa obrigatória em Farmácia Hospitalar, e (iii) Outros.

Valores em milhares de euros

PPP Saúde	2023		AC 2022			Orçamento 2023			2023P
	AC 2023	Peso no total	AC 2022	Δ valor	Δ %	AC 2023P	Δ valor	Δ %	
Hospital de Cascais	96 894	77%	101 077	(4 184)	-4%	118 495	(21 601)	-18%	118 495
EGEst	85 603	68%	91 906	(6 302)	-7%	95 320	(9 716)	-10%	95 320
EGEd	11 290	9%	9 172	2 119	23%	23 175	(11 885)	-51%	23 175
Hospital de Braga	6 275	5%	16 341	(10 067)	-62%	7 753	(1 478)	-19%	7 753
EGEst	(1 649)	-1%	9 149	(10 797)	-118%	-	(1 649)	n.a.	-
EGEd	7 923	6%	7 193	731	10%	7 753	170	2%	7 753
Hospital de Loures	16 326	13%	37 669	(21 343)	-57%	21 399	(5 073)	-24%	21 399
EGEst	326	0%	23 135	(22 808)	-99%	5 725	(5 399)	-94%	5 725
EGEd	16 000	13%	14 535	1 465	10%	15 675	325	2%	15 675
Hospital de Vila Franca de Xira	6 862	5%	7 618	(756)	-10%	8 226	(1 364)	-17%	8 226
EGEst	-	0%	219	(219)	-100%	-	-	n.a.	-
EGEd	6 862	5%	7 399	(537)	-7%	8 226	(1 364)	-17%	8 226
TOTAL	126 356	100%	162 706	(36 350)	-22%	155 873	(29 517)	-19%	155 873
EGEst	84 281	67%	124 408	(40 127)	-32%	101 045	(16 764)	-17%	101 045
EGEd	42 075	33%	38 298	3 778	10%	54 829	(12 753)	-23%	54 829

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas entidades gestoras dos contratos.

(cont.)

As variações ocorridas face ao período homólogo, em cerca de -22% (-36,4M€) são justificadas pelo seguinte:

- **Hospital de Cascais:** O novo contrato referente à gestão clínica de Cascais (EGEst Cascais 2022) teve o seu valor mensal atualizado, incorporando custos que não estavam incluídos no contrato anterior, mas que eram cobertos por protocolos. Entre esses custos adicionais estão relacionados com a prestação de cuidados específicos para VIH/SIDA. Como resultado, os pagamentos contratuais foram superiores ao mesmo período do ano anterior em 14,6M€. No entanto, esse impacto foi parcialmente compensado pela redução nos pagamentos relacionados a protocolos e medicamentos de dispensa obrigatória, totalizando 9,9M€;
- **Hospital Braga:** A EGEst registrou uma redução nos encargos em comparação com 2022 (-10,8M€), devido a pagamentos realizados naquele ano que não tiveram repercussão ou repetição em 2023. Em 2022, os pagamentos incluíram: i) uma reconciliação de 2019 no valor de 5M€, ii) um ajuste relacionado ao tratamento de pacientes estrangeiros de 2,5M€, e iii) um pagamento decorrente de uma decisão arbitral referente ao tratamento de pacientes com Hepatite C de 1,6M€; e
- **Hospital de Loures:** Efeito combinado do i) término do contrato com a EGEst em 2022, deixando de ser devidos os pagamentos contratuais da gestão hospitalar (em 2022 totalizaram 4,6M€); e do ii) pagamento pontual de 18,5M€ em 2022 decorrente da decisão arbitral referente ao Tratamento VIH/SIDA.

Relativamente à execução orçamental, o défice de 19% (-29,5M€) deve-se essencialmente a:

- **Hospital de Cascais¹⁾:** Não ocorrência de pagamentos de reconciliação, que estavam previstos ocorrer no 2.º trimestre de 2023, no valor de 11,8M€ e a não execução das obras de ampliação do Hospital de Cascais, orçamentadas em 12,0M€, cujos desembolsos estavam previstos ocorrer no 4.º trimestre de 2023;
- **Hospital de Loures¹⁾:** Não ocorrência de pagamentos de reconciliação referentes essencialmente à atividade de 2021 e a 18 dias de 2022, previstos ocorrer no 1.º semestre de 2023, no valor de 5,2M€; e
- **Hospital de Vila Franca de Xira:** Não execução dos estudos/projetos de ampliação do edifício hospitalar de Vila Franca de Xira e orçamentados em 1,5M€, cujos desembolsos estavam previstos ocorrer no último trimestre de 2023.

UTAP – Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos

Versão *flash* Boletim PPP 4.º Trimestre 2023*

Setor Portuário

Execução financeira

As receitas acumuladas no 4.º trimestre de 2023 das parcerias **portuárias** ascenderam a 30,8M€, montante 7% abaixo do valor orçamentado (-2,3M€), mas 3% acima do valor registado no período homólogo (+1,0M€).

Valores em milhares de euros

PPP Portuárias	2023		AC 2022			Orçamento 2023			2023P
	AC 2023	Peso no total	AC 2022	Δ valor	Δ %	AC 2023P	Δ valor	Δ %	
Porto de Douro e Leixões	22 473	73%	21 283	1 190	6%	22 647	-174	-1%	22 647
Terminal de Contentores de Leixões	19 552	64%	18 522	1 030	6%	19 809	-257	-1%	19 809
Terminal de Carga a Granel de Leixões	2 921	9%	2 761	160	6%	2 838	83	3%	2 838
Porto de Sines	5 342	17%	5 248	93	2%	7 221	-1 880	-26%	7 221
Terminal de Contentores de Sines XXI	5 342	17%	5 248	93	2%	7 221	-1 880	-26%	7 221
Porto de Lisboa	2 946	10%	3 273	(327)	-10%	3 222	-276	-9%	3 222
Terminal de Contentores de Alcântara	2 946	10%	3 273	(327)	-10%	3 222	-276	-9%	3 222
TOTAL	30 761	100%	29 804	956	3%	33 090	-2 330	-7%	33 090

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias, inclusive a previsão 2023P.

Setor Ferroviário

Execução financeira

Os encargos líquidos acumulados do setor público com o setor **ferroviário** ascenderam, no 4.º trimestre, a 61,2M€, valor superior em 5% ao orçamentado (+3,1M€) e ao homólogo (+3,2M€).

Valores em milhares de euros

PPP Ferroviárias	2023		AC 2022			Orçamento 2023			2023P
	AC 2023	Peso no total	AC 2022	Δ valor	Δ %	AC 2023P	Δ valor	Δ %	
Subconcessão Metro do Porto	51 129	83%	50 602	526	1%	49 826	1 303	3%	49 826
Concessão do MST	7 654	12%	7 492	162	2%	8 348	(695)	-8%	8 348
Concessão Eixo Norte/Sul	2 464	4%	(4)	2 468	58794%	-	2 464	n.a.	-
TOTAL	61 247	100%	58 090	3 157	5%	58 174	3 073	5%	58 174

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela DGTF e pelo Metro do Porto, S.A..

Estes desvios são, em grande parte, justificados pelo desembolso de 2,5M€ para a Fertagus no 4.º trimestre de 2023, como parte do ajuste global anual previsto no contrato de concessão. Esse pagamento, referente ao exercício de 2022, é ainda um valor provisório e não estava previsto no orçamento. Importa ressaltar que, em 2022, não houve pagamento de compensação deste tipo à concessão.

Oceanário

Execução financeira

Os pagamentos acumulados realizados pelo **Oceanário** ao parceiro público ascenderam a cerca de 2,6M€ no 4.º trimestre de 2023, representando um valor superior ao orçamentado (+21%) e ao homólogo (+40%).

Valores em milhares de euros

PPP Oceanário	2023		AC 2022			Orçamento 2023			2023P
	AC 2023	Peso no total	AC 2022	Δ valor	Δ %	AC 2023P	Δ valor	Δ %	
Remuneração mensal	1 467	58%	1 397	70	5%	1 400	67	5%	1 400
Componente variável	1 084	42%	420	663	158%	700	384	55%	700
TOTAL	2 550	100%	1 817	733	40%	2 100	450	21%	2 100

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela DGTF.

*Esta versão *flash* deverá ser apreciada como complemento ao Boletim publicado no site da UTAP em www.utap.gov.pt

ANA

Execução financeira

Os pagamentos acumulados realizados pela **ANA** ao parceiro público ascenderam a cerca de 8,5M€ no 4.º trimestre de 2023, cujo valor é referente ao pagamento das prestações devidas ao parceiro público a título de partilha de receitas. De salientar também que o ano de 2023 foi o primeiro em que ocorreu esta partilha.

Valores em milhares de euros

PPP Aeroportuário	2023		AC 2022			Orçamento 2023			2023P
	AC 2023	Peso no total	AC 2022	Δ valor	Δ %	AC 2023P	Δ valor	Δ %	
ANA	8 473	100%	-	8 473	n.a.	291	8 183	2813%	291
TOTAL	8 473	100%	-	8 473	n.a.	291	8 183	2813%	291

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela DGTF.